



Moção Setorial:

Pelo Direito à Livre Escolha do Local de Residência

Portugal tem reconhecidamente, uma concentração excessiva de população, nas grandes áreas urbanas.

Esta situação, de per si, levanta grandes constrangimentos, quer na aplicação de políticas locais de transportes, habitação e proteção do meio ambiente, quer na tentativa de descentralização do Estado.

Alguns teóricos preconizam a simples deslocalização de serviços diretos do Estado, para zonas menos habitadas.

Esta solução traria constrangimentos a nível pessoal, dos trabalhadores e, por outro lado, implicaria tomadas de decisão, cujos critérios seriam sempre discutíveis.

O ideal seria, então, que pudessem ser deslocalizados os trabalhadores que quisessem sê-lo.

Acredito que seria difícil transferir uma Secretaria de Estado para Bragança, Castelo Branco ou Portalegre. Mas quantos trabalhadores, do setor público, ou do setor privado, não gostariam de o fazer?

Temos então aqui o princípio de uma equação: territórios a precisar de gente, e gente a querer ocupar estes territórios. O resultado desta equação pode estar à distância de um clique. Basta pormos a inovação ao serviço desta ideia.

Para mim, as novas formas de trabalho podem ser o princípio da solução deste problema. E uma nova forma de trabalho aplicável é o teletrabalho.

Este trabalho tem regras, formas de controlo, formas de comunicação, que poderiam aplicar-se a inúmeras funções, no nosso Mercado de Trabalho.

Trabalhar em casa, não significa trabalhar menos. Significa conseguir conciliar melhor vida familiar e profissional. Significa não despende tempo em deslocações. Significa poder morar onde se gostaria de morar.

Não podemos continuar a ceder a formas de controlo de trabalho, desajustadas da nossa realidade, e das nossas necessidades, enquanto sociedade.

Outros países já conhecem e praticam estas novas modalidades, com resultados positivos, até para nós. Quantos estrangeiros habitam as nossas zonas rurais, aproveitando as possibilidades do trabalho à distância?

Quanto às vantagens para o País, podem apontar-se, a título de exemplo, as seguintes:

- a menor utilização de recursos e a conseqüente mais valia em termos ambientais;
- uma melhor conciliação entre vida familiar e trabalho, logo um incentivo à natalidade;
- uma evidente diminuição de uma desigualdade nacional, que se consubstancia no abandono das zonas rurais e de um sobrepovoamento das zonas urbanas;
- por fim, a sociedade digital teria aqui um importante papel de intermediadora, nesta função descentralizadora do Estado, que é a de permitir a livre escolha de residência por parte dos cidadãos. Tendo a inovação por base neste processo, e podendo contribuir também para a contratação de investigadores, que tornassem esta realidade possível e, cada vez mais, universal.

Assim, propõe-se que o Congresso Nacional do Partido Socialista, reunido na sua 22ª Assembleia, proponha ao Governo, o seguinte:

- Que seja elaborada uma proposta destinada à alteração do Acordo Coletivo que regulamenta o Teletrabalho na Administração Pública, de modo a que este seja uma realidade muito mais abrangente, quer em termos de funções, quer em duração do mesmo, uma vez que o que existe atualmente é demasiado restritiva.

O recurso às novas tecnologias e a premissa da modernização do Estado e do seu relacionamento com os cidadãos, serão sempre a base da construção desta possibilidade. Obviamente, o teletrabalho não implica distâncias mínimas ou máximas, deixando ao critério do trabalhador, o local onde pretende levá-lo a cabo.

- Que, em sede de Concertação Social, seja apresentado aos Parceiros Sociais um sistema de incentivos às entidades empregadoras, sob forma de isenção de pagamento à Segurança Social, para aplicação a contratos sem termo, em regime de teletrabalho. Esta isenção seria válida para contratos iniciais ou para alteração de contratos já existentes, com alteração da cláusula referente ao local de trabalho.

Proponente:

Paula Maria Fernandes Custódio Reis, Militante nº 64794, Secção Concelhia de Castelo Branco

22º Congresso Nacional do Partido Socialista,

Batalha, 26 e 27 de maio de 2018